



CPI da Casan

Ações trabalhistas foram incitadas por Sindicato

O advogado Evandro José Lago, de Criciúma, confirmou na tarde de quinta-feira (17) à CPI que investiga o passivo trabalhista da Casan, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), que as centenas de ações judiciais movidas contra a empresa foram incitadas pelo Sintae (Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Santa Catarina). Lago defendeu os servidores em 230 ações e foi o primeiro advogado a promover ações de níveis.

Inquirido pelo deputado relator, Mauro Mariani (PMDB), fez questão de frisar ter sido o primeiro profissional a patrocinar e vencer ações contra a empresa. "Eu montei a tese. Os outros advogados a copiaram em outras ações. A primeira ação ganha foi em Imbituba, quando na defesa da estatal encontrava-se o advogado Manoel Nilson Abelardo Rodrigues. Defendi 230 ações, sendo que 176 eram de nível", informou.

A testemunha disse que, após a primeira vi-

tória de ação em Imbituba, o Sintae enviou ofício com cópia do acórdão do TRT, para todos os advogados de Santa Catarina, oficializando a novidade e colocando à disposição para aqueles que defendessem a reclamação dos trabalhadores. "Aquele ofício em que a empresa confessa que devia aos servidores e que sumiu ou foi rasgado, recebi cópia do sindicato. Também quanto à questão da homologação da alteração do Plano de Cargos e Salários, o próprio presidente do Sintae, Jucélio Paladini, garantiu isso e me entregou uma cópia com o carimbo da DRT. Esse fato do original ter desaparecido e nem mesmo a Delegacia Regional do Trabalho conhecer o seu paradeiro, é elemento surpresa para mim", argumentou.

A pedido de Mariani, o advogado Evandro José Lago autorizou a quebra do seu sigilo bancário e fiscal, além de permitir que a assessoria técnica da Comissão efetue diligência para acareação de cópias de documentos com o original.

Advogados da estatal

A CPI inquiriu ainda os advogados que defenderam a empresa em vários processos. A primeira testemunha, Luiz Walfrido Nunes da Silva, disse que as condições dos profissionais que atuam na área, na empresa, são desumanas e precárias. Ele disse ainda que foi ameaçado na cidade de Maravilha, em plena Jus-

tiça do Trabalho, por um ex-servidor e reclamante de ação, pois a sua defesa e a tese que seguiu desmontou o que chamavam de uma verdadeira indústria de ações trabalhistas que havia no oeste catarinense. Os depoimentos também foram ouvidos pelo deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP). (CA)

Secretário da Administração é sabatinado por deputados

As Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação, presididas pelos deputados Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), e João Paulo Kleinübing (PFL), ouviram nesta semana o secretário estadual da Administração, Marcos Vieira. Na primeira Comissão, cuja audiência foi solicitada pelo deputado Afrânio Boppré (PT), os parlamentares pediram esclarecimentos sobre o edital de concorrência nº 105/2003, cujo objeto foi a contratação de vigilância eletrônica para estabelecimentos do ensino fundamental da rede pública estadual. Na manhã de quarta-feira (9), na Comissão de Finanças, Vieira falou sobre o motivo da retirada de tramitação na Assembleia Legislativa dos projetos de abono compensatório e da alíquota previdenciária.



(foto Jonas Lemos Campos)

Secretário da Administração (no detalhe), deu explicações em duas comissões

Página 4



ENTREVISTA

Milton Nascimento

Página 6

Fazenda e Sindicato falam sobre benefícios fiscais

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), ouviu, na manhã de quarta-feira (16), o presidente do Sindifisco (Sindicato dos Fiscais da Fazenda), Rogério Macanhão, e o diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, Renato Hinning. Eles falaram sobre os benefícios fiscais concedidos pelo Estado e sobre o mutirão de notificações realizado em empresas de Joinville.

Página 5

Adoniran em Florianópolis

Foi aqui seu moço/Que eu, Mato Grosso e o Joca/ Construïmo nossa maloca/Mais um dia/Nóis nem pode se alembra/Veio os home com as ferramenta/O dono mandô derrubá... (Adoniran Barbosa).

Muitas pessoas que passam diariamente pela avenida Beiramar Norte, em Florianópolis, talvez nunca tenham se dado conta de que ali, a poucos metros da residência oficial do governador e bem ao lado da OAB, há mais de vinte anos, está uma humilde comunidade conhecida por Vila Santa Rosa. Nela, os moradores construíram suas vidas, criaram filhos, se organizaram em comunidade, conquistaram com sacrifício certo nível de urbanização e dali projetaram seu futuro. É a partir desse local e de sua realidade que quero sugerir uma reflexão.

A área é nobre e, por isso, cobiçada por empresas que, há muito, pretendem a remoção da comunidade sob a preconceituosa tese de que é necessário "limpar" o local. A novidade é que a justiça deu prazo de 20 dias para que a comunidade se retire, prazo que está vencendo nesta primeira quinzena de junho. O beneficiado com o despejo: um banco estrangeiro, o Santander, que vendeu a área para a empreiteira Tarumã, por R\$ 180 mil, em módicas prestações de R\$ 4 mil mensais. Na última audiência judicial, a empresa, "caridosamente", ofereceu caminhões para as mudanças e, posteriormente, máquinas para patrolar as casas sem nada indenizar. Numa

das reuniões, uma senhora, com lágrimas nos olhos, perguntou: "ô senhor, eles não têm dó de nós? Para onde eu vou, minha família? Tenho 22 anos aqui nesse lugar, tudo que ganhei na vida botei aqui. E agora sou enxotada igual a cachorro".

Com o gélido argumento de que trata-se de conflito entre privados, o poder público municipal - Prefeitura da Capital da Gente - não quer assumir compromisso para resolver ou ao menos mediar a situação. O curioso é que, criado em 2001, o Estatuto da Cidade é poderoso instrumento jurídico que veio para servir a este tipo de problema na medida em que, além de instituir a função social da terra, inovou com o advento do direito de preempção, ou seja, conferiu ao poder público preferência na negociação do imóvel quando o mesmo tem significado social.

Já cantado em prosa e verso pelo genial Adoniran Barbosa em sua *Saudosa Maloca*, revivemos no caso específico da Vila Santa Rosa o dilema: trabalho ou capital. Para quem a cidade se ajusta? O espaço urbano deve abrigar prioritariamente a vida ou deve estar subjugado ao interesse do lucro? Na prática, a defesa da lei de mercado (imobiliário, financeiro) leva a uma legitimidade que fere os direitos humanos. Nestes casos, renova-se o sentido de que vale lutar, não cabe apenas "preciá" a demolição, mas resistir a ela. Porque a "vida é bonita, é bonita e é bonita..." (Gonzaguinha).

Deputado Afrânio Boppré (PT)

Uma lei injusta e imoral

"Uma coisa não é justa só porque é lei, mas deveria ser lei quando justa." (Montesquieu). Conceito incipiente de lei remete a um escrito que regulamenta uma situação existente, proibindo-a ou permitindo-a. A lei é a fonte mais pródiga do direito. Por isso, diz-se que o direito é fato social. Segundo Miguel Reale, em sua teoria tridimensional do direito, a norma (lei) valora o fato social.

Se uma lei pode não ser justa, também o direito pode ser injusto. Vem daí que para muitos o direito constituiria simples meio de se valerem os mais fortes da máquina estatal, contra os oprimidos de todos os tipos (Miranda Rosa).

Mas retornemos à lei. Ela tem origem no legislativo federal, estadual e municipal. A lei 8.009/90, elaborada por deputados federais e senadores, cuida da impenhorabilidade do bem de família, assim considerado o imóvel único próprio do casal, ou da entidade familiar que lhes serve de residência permanente. Entre as exceções à impenhorabilidade está a fiança locatícia. Ou seja: uma outra lei, 8.245/91, originária também da Câmara Federal e Senado, não

permite, em seu Artigo 82, que o fiador do inquilino usufrua do beneplácito da impenhorabilidade. Uma preciosidade: vamos que o inquilino e seu fiador, cada um, seja proprietário de um único imóvel residencial. Se o inquilino se tornar inadimplente, não perde o seu imóvel residencial porque ele é impenhorável, é bem de família. Mas aquele que o ajudou com a fiança vai ter o seu imóvel residencial leiloado para resgatar os débitos com o aluguel e outras despesas que são de responsabilidade do inquilino. A regra vale também para os bens móveis que guarnecem as respectivas residências: o fiador os perderá, o inquilino, não. Aqui um triste exemplo de uma lei injusta e imoral: o fiador locatício é tratado diferentemente, para pior, dos demais fiadores, tudo para garantir ao locador um privilégio que outros credores não desfrutam. Infelizmente, como já ensinavam os romanos, *dura lex sed lex* (a lei é rigorosa, mas é lei e deve ser cumprida). Devemos encampar, por isso, a brilhante iniciativa da deputada Odete de Jesus de que a Alesc atue junto ao Congresso Nacional para revogar o dispositivo.

Deputado César João Cim (PDT)

Embaixador de Moçambique

O embaixador de Moçambique, Amadeu Conceição, esteve na Casa em visita protocolar, no último dia 8, quando foi recebido pelo presidente, deputado Volnei Morastoni (PT). Ex-embaixador na Alemanha e nos Estados Unidos, ele veio pela primeira vez a Santa Catarina, depois de passar pela Bahia, e não escondeu a felicidade de conhecer o Estado.

O embaixador moçambicano disse que o Brasil, em especial Santa Catarina, teve um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento do seu país. Morastoni destacou a importância de manter esse elo entre Brasil e Moçambique, já que ambos os países possuem muito em comum. "Somos mais do

que irmãos", comentou.

Outro aspecto positivo salientado foi a questão da educação, quando o embaixador Conceição demonstrou a satisfação pela forma com que o povo catarinense acolhe os estudantes de seu país, que vêm em busca de conhecimento nas universidades locais. Descontraído, comentou ainda que muitos deles acabam trocando seu país de origem pelo Brasil.

A visita encerrou com o pedido de Conceição para que haja um esforço no sentido de que as legislações dos dois países levem ao fortalecimento e união das bancadas trabalhistas na busca pelo desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida em ambos os países. (CRM)

TCE entrega relatório do exercício de 2003

O relatório de contas do exercício de 2003, apresentado pelo governo do Estado, foi entregue na segunda-feira (14), pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado, Salomão Ribas Júnior, ao vice-presidente da Alesc, deputado Onofre Agostini (PFL). Ele foi apreciado e aprovado pela equipe técnica e também pelo relator das contas, o conselheiro Moacir Bertoli. O parecer dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público foram apresentados

em separado, cada um com algumas ressalvas.

Em relação ao Poder Executivo, foram feitas ressalvas sobre o Fundef, remuneração de profissionais do magistério e déficit financeiro. Já o Poder Legislativo pede a publicação do demonstrativo de diárias concedidas e subvenção sociais. Além das ressalvas, muitas recomendações foram feitas, como o projeto de geração de trabalho e renda, publicação de relatórios de gestão fiscal e execução orçamentária. (GMP)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Níkolos Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Jornal completa 85 anos

Aeroporto

O pioneirismo do jornal *Correio do Povo*, no Vale do Itapocu, foi lembrado em sessão solene na terça-feira (8) à noite, no Plenário, quando foram homenageadas com uma placa da Assembléia Legislativa a viúva de Eugênio Schmokel, Brunilde, e sua filha Ivone, que assumiu como diretora-presidente da empresa após a morte do pai, no dia 17 de maio. Eugênio Schmokel esteve no comando do jornal nos últimos 47 anos.

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) foi o autor da proposta da homenagem, presidida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), 4º secretário da Mesa, e que contou com a presença de lideranças empresariais, políticas e comunitárias da região, além de funcionários do jornal, do deputado Mauro Mariani (PMDB) e do presidente da Abrajori (Associação Brasileira dos Jornais do Interior), Miguel Gobbi.



Deputado Dionei e a viúva de Eugênio Schmokel, dona Brunilde

Ao enfatizar que Jaraguá do Sul tinha apenas 10 mil habitantes em 10 de maio de 1919, data da publicação da primeira edição do jornal, Dionei qualificou de feito histórico o aniversário de 85 anos, no mercado altamente competitivo da comunicação. "O *Correio do Povo* sempre foi um jornal independente, ético, das mais diversas correntes de opinião, pre-

sente em todas as lutas que contribuíram para a emancipação da cidade. A família Schmokel já está na terceira geração à frente do jornal, com um novo formato gráfico e com edição diária desde 18 de maio." Eugênio Schmokel atuou como repórter até sua morte, aos 82 anos. Foi vice-prefeito e prefeito em exercício de 1970 a 1973, lutou pela implantação da Fundação de Ensino da Região de Jaraguá do Sul e criou o Arquivo Histórico Municipal, que leva seu nome.

Ex-diretor do jornal, Honorato Tomelin, 91 anos, agradeceu a homenagem prestada pelo Parlamento e falou da evolução do semanário no decorrer de sua história. "Comecei como Gutenberg, juntando letra por letra, passei pelo telex e agora estamos na era do computador. Nesse tempo, passamos por muita transformação". Ao encerrar a solenidade, Goulart enalteceu o papel dos jornais do interior na divulgação dos temas locais e regionais. (RV)

Em contato com representantes do governo federal durante o almoço oferecido na Casa de Santa Catarina, em Brasília, na terça-feira (15), o presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT), obteve a confirmação de que o Aeroporto de Navegantes será efetivamente internacionalizado no próximo mês. Além disso, foi encaminhada a possibilidade de um voo diário Navegantes-Buenos Aires-Navegantes.

Novamente, o presidente da Alesc reiterou a representantes do DNIT a necessidade de uma imediata finalização das obras nos trevos de acesso à BR-101, na região de Itajaí, que desde a duplicação ainda permanecem sem sinalização e iluminação.

A vinda do ministro José Dirceu a Santa Catarina, no dia 24 de julho, cumprindo agenda em Florianópolis e Itajaí, também foi confirmada. (MMV)

Modelo de organização

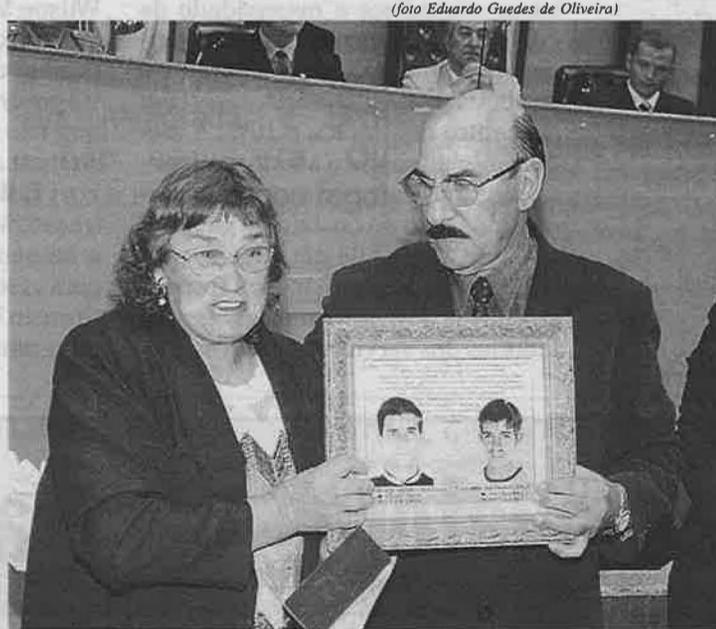
Entre todas as casas parlamentares do país, a equipe que está elaborando o Plano Estratégico 2004-2006 da Assembléia do Mato Grosso elegeu as Assembléias Legislativas de Santa Catarina e de Minas Gerais como modelos de organização a serem vistos de perto. Durante dois dias, o assessor parlamentar Luiz Carlos Campos e o coordenador do Plano Estratégico, Zaluir Pedro Assad, visitaram setores da Alesc, como a Coordenadoria das Comissões.

Segundo Assad, normatizar as audiências públicas para que possam atender aos anseios da sociedade é uma das prioridades do Plano. "A Assembléia de Santa Catarina tem uma excelente organização no que diz respeito às comissões, principalmente sobre o fluxo do processo legislativo.

Luiz Campos também comentou a boa imagem que o Legislativo catarinense tem em seu Estado. "Conversamos com várias entidades e parlamentares que foram sempre prontamente atendidos pelos funcionários desta Casa", comentou. Entre as estratégias que a Assembléia do Mato Grosso pretende implantar entre 2004 e 2006 está a de ampliar a área de atuação da sua TV AL, otimizar os recursos materiais e financeiros para um novo modelo de gestão e melhorar o atendimento ao público com serviços de qualidade. (TK)

Duplicação da BR-101

A marcha pela duplicação do trecho Sul da BR-101, mobilizada pelas Câmaras Municipais de 24 cidades - 17 catarinenses e sete gaúchas -, voltou a reunir lideranças de toda a sociedade organizada dos dois estados, desta vez no Plenário da Assembléia, na noite de segunda-feira (14), em sessão solene. Requerida pelo deputado Manoel Mota (PMDB), a sessão homenageou 85 instituições, pessoas e a imprensa catarinense pela participação e cobertura da marcha que, em 24 dias, contabilizou 12 mil pessoas numa caminhada iniciada em Osório, no Rio Grande do Sul, e concluída em Palhoça, em Santa Catarina. O trecho totaliza 348 quilômetros. "Falei com os técnicos do Ministério dos Transportes, em Brasília. Eles disseram que nada mais impede o início da duplicação do trecho sul da BR-101 no segundo semestre deste ano", disse Mota em seu discurso, depois de aberta a sessão pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), 4º secretário da Mesa. O evento, como salientou o vereador de Tubarão e presidente da Comissão Permanente de Acompanhamento da Duplicação da 101 Sul, Ro-



Colíria perdeu o filho na 101 e acompanhou toda a marcha

nério Cardoso, representou mais um ato de mobilização de catarinenses e gaúchos pela preservação da vida.

Base - Legislador na cidade gaúcha de Três Riachos, Nestor Sebastião, falando em nome dos vereadores do Rio Grande do Sul, endossou o pronunciamento dos dois parlamentares e lembrou que a luta iniciada há alguns anos só estará terminada quando estiverem concluídas as obras de duplicação. Representando o

Legislativo estadual gaúcho, o deputado Ciro Carlos Emerin Simone destacou o caráter altamente representativo da marcha. "De todos os movimentos realizados pelas lideranças e comunidade para a duplicação, esta marcha, protagonizada por vereadores catarinenses e gaúchos, foi, sem dúvida, a que mais teve capacidade de motivar, de sensibilizar o governo federal. Isto porque nasceu na base daqueles que estão mais próximos da população", enfa-

tizou Ciro.

Após os discursos e a apresentação de um vídeo com os principais registros da imprensa sobre a caminhada, o deputado Manoel Mota entregou os troféus em homenagem à primeira marcha a representantes de Rádios, TVs e veículos de comunicação impressa de circulação regional e estadual e aos presidentes ou representantes das Câmaras das 24 cidades envolvidas, além dos representantes ou presidentes das Associações Comerciais de municípios do sul do Estado e presidentes das associações de municípios da região. Homenagem especial foi dedicada pelo deputado Manoel Mota a Colíria Moraes Silva e Abegair Faracco. A primeira, com mais de 70 anos, perdeu o filho atropelado no trecho não duplicado e fez o percurso total da marcha. A segunda, é viúva do vereador Ademir Faracco, cuja vida também foi ceifada em acidente na 101. Presentes ainda, os deputados peemedebistas João Henrique Blasi, Simone Schramm e Mauro Mariani, além o deputado Dionei Walter da Silva (PT). (MMV)

Governo fala sobre contrato

Participaram da audiência pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com o secretário estadual da Administração, Marcos Vieira, os deputados Celestino Secco (PP), Antônio Ceron (PFL), Francisco Küster (PSDB), Pedro Baldissera (PT), Narcizo Parizotto (PTB), Joares Ponticelli (PP), Djalma Berger (PSDB) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e Afrânio Boppré (PT).

O secretário Marcos Vieira disse que no final do ano passado sua secretaria centralizou a licitação para vigilância eletrônica e orgânica (que envolve pessoal), pois o contrato existente anteriormente encerraria no dia 31 de dezembro, tendo como vencedora a empresa que apresentou menor preço, no valor de R\$ 2.285.252,26, a Casvig. "Mas, em março, por recomendação do governador Luiz Henrique da Silveira, com a diminuição de receitas foi proposta e acolhida pela Casvig a redução do contrato em 50%", observou.

TCE - Celestino Secco, Vieirão, Ponticelli e Afrânio não pouparam o secretário depois que descobriram irregularidades, como a posição do Tribunal de Contas do Estado, que chegou a propor a sustação do processo licitatório. "No dia 9 de dezembro, os técnicos do TCE encontraram problemas e propuseram que fosse suspenso, mas o secretário só ficou sabendo disso em fevereiro, quando o contrato já estava em vigência. Com certeza, a manifestação dos técnicos ficou dormindo nos caminhos do Tribunal, sem uma solução. Mas também tem outra coisa. Se a Casvig aceitou a redução do contrato em 50%, isso me preocupa. Será que isso não configura burla à Lei das Licitações?", indagou Vieirão.

O fato de não ser cumprida a proposta do governo, da descentralização, foi colocado em pauta por Ponticelli. "Acho engraçado centralizar a licitação, se a atual administração sempre defendeu o contrário. Com esse ato, o governo jogou por terra a descentralização, porque comprar sem li-

citação já é praxe. Para mim, essa concorrência foi direcionada" Para concluir, Afrânio solicitou a Vieira que encaminhe à Comissão a relação dos valores já pagos do contrato que está em vigência, além de questionar se o processo foi feito para beneficiar esta ou aquela pessoa, solicitando também a relação dos critérios adotados pela empresa para contratar vigilantes. Ele apresentou ofício da diretora da Escola Antonieta de Barros, encaminhado à Diretoria de Materiais e Serviços da Secretaria, pedindo a colocação de uma pessoa.

Vieira explicou que, com esse contrato, houve mais atenção aos bens humanos do que ao patrimonial. "No contrato anterior, tínhamos 25 escolas com vigilância orgânica e o número subiu para 462. Antes eram 1.195 estabelecimentos com segurança eletrônica e hoje são 1.335", complementou. (CA)



Marcos Vieira, deputado Kleinübing e Max Bornholdt

Secretários explicam retirada de projeto

Os secretários da Fazenda, Max Bornholdt, e da Administração, Marcos Vieira, explicaram na manhã de quarta-feira (9), na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), o motivo da retirada de tramitação na Assembleia Legislativa dos projetos de abono compensatório e da alíquota previdenciária.

De acordo com Bornholdt, o governo reconhece a necessidade de compensar os servidores pelas perdas referentes ao aumento para 11% da alíquota previdenciária, antes com descontos de 8%, 9% e 10%. A medida adotada seria o abono compensatório, mas para isso será preciso garantir a fonte de custeio. O governo fará isso através de um terceiro projeto, que passa para o Ipesc a responsabilidade do pagamento das aposentadorias dos servidores inativos.

O governo, segundo Bornholdt, está elaborando a proposta e deve remetê-la ao Legislativo até 31 de julho, podendo ser antecipada. "Estamos tendo um grande cuidado na elaboração deste projeto, pois trata-se de um novo modelo previdenciário para Santa Catarina e envolve Ipesc e as secretarias da Fazenda e Administração", comenta. O Executivo gastaria cerca de R\$ 1,8 milhão para conceder o abono ao servidor. O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) criticou a falta de agilidade do governo em encaminhar a compensação aos servidores. "O governo foi bastante ágil para taxar, mas não teve a mesma agilidade para recompor a renda do funcionalismo".

Críticas - O secretário da Administração, Marcos Vieira, argumentou que o aumento da alíquota previdenciária para 11% cumpre determinação da Constituição Federal, cujo descumprimento representava risco do governo catarinen-

se ser processado por renúncia de receita. Segundo ele, o Estado gasta R\$ 76 milhões com a Previdência.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) questionou o fato de o Estado estar realizando o pagamento de aposentadorias que cabem ao Ipesc, uma vez que ainda não existe a lei autorizando. São destinados ao pagamento de aposentadoria de servidores inativos aproximadamente R\$ 60 milhões. O deputado Joares Ponticelli (PP) também fez críticas à atuação do governo com relação à questão previdenciária. "Houve um desgaste político para o Legislativo devido à convocação extraordinária em janeiro, cuja única matéria que a justificava era o aumento da taxa previdenciária. E agora o governo retirou os projetos (compensatórios) e até agora não apresentou uma solução". (SD)

CCJ indica relatores para adequar constituições

Os deputados Celestino Secco (PP) e João Henrique Blasi (PMDB) foram designados pelo presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), deputado Julio Garcia (PFL), para a relatoria conjunta da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que visa à adequação da Constituição Estadual às emendas alteradoras da Constituição Federal, promulgada em 1988.

Nesta tarefa também irão adaptar a Carta estadual às decisões de mérito do STF (Supremo Tribunal Federal), em face de Adins (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) transitadas em julgado até abril deste ano. A matéria terá a análise de admissibilidade na

CCJ e em Plenário e após retornará à CCJ para análise do mérito.

As alterações na Constituição Estadual foram feitas por um grupo de trabalho que tem a participação da Procuradoria Jurídica e Assessoria e Consultoria Parlamentar. O trabalho iniciou em setembro de 2003 e, por determinação do presidente da Assembleia Legislativa, as análises adotadas foram de caráter eminentemente técnico. Estiveram envolvidos no estudo das alterações a OAB-SC (Ordem dos Advogados do Brasil - seção Santa Catarina), a Procuradoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral de Justiça, o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Justiça.

Adequações - A metodologia adotada foi a abordagem cronológica a partir da

Emenda Constitucional Federal de nº 1 até a de nº 40 e a partir da Emenda Revisional de nº 1 até a de nº 6. As Emendas nº 20 e 41 deixaram de ser analisadas em razão da tramitação na Câmara dos Deputados da "Emenda Paralela", que trata de matéria previdenciária. A Emenda nº 42, que ajusta o sistema tributário nacional, igualmente ficou para estudo posterior. As alterações propostas abrangem o texto constitucional em sua generalidade, modificando a redação, acrescentando ou revogando dispositivos da Constituição Estadual.

Destacam-se as adaptações à Emenda Constitucional Federal nº 19/98, que trata da reforma administrativa, cuja incidência maior deu-se sobre os artigos 18, 21, 23, 25, 26, 29, 78, 80, 83, 103 e 118,

entre outros, à Emenda Constitucional Federal nº 25/00, que trata dos limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal, repercutindo sobre o Artigo 111, e à Emenda Constitucional Federal nº 32/01, que trata das atribuições do chefe do Poder Executivo, modificadora do Artigo 71, do texto estadual.

A proposta apresentada, eminentemente técnica, visa a guardar simetria constitucional com o texto federal, em atenção ao princípio federativo. Ao mesmo tempo, possui um efeito pedagógico na medida em que retrata as normas vigentes, e político, uma vez que esta atualização valoriza o poder constituinte derivado do Estado-membro. (SD)

Finanças e Tributação ouvem Sindifisco e Fazenda

Scheila Dziedzic

O Sindifisco (Sindicato dos Fiscais da Fazenda) fez um estudo a respeito das concessões de benefícios que, segundo a entidade, em alguns casos, são efetivadas de forma ilegal e inconstitucional, uma vez que não há autorização do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Este foi um dos pontos abordados pelo presidente do Sindicato, Rogério Macanhão, na manhã de quarta-feira (16), durante reunião da Comis-

são de Finanças e Tributação, que também ouviu o diretor da administração tributária da secretaria estadual da Fazenda, Renato Hinning.

O referido estudo já foi entregue ao secretário da Fazenda e será repassado aos parlamentares. Macanhão diz que a situação precisa ser revista, senão poderá ocorrer uma "autofagia" entre estados. Ele informa que, em julho de 2003, o Estado projetou renúncia de receita em função de benefícios fiscais para 2004, em torno de R\$ 700 milhões. "O que não quer dizer que se tenha de fato

chegado a esses valores".

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) lembrou que a concessão de benefícios fiscais deve ter autorização legislativa. Outra crítica feita pelo presidente do Sindifisco diz respeito ao Compex, um benefício fiscal definido por ele como um estorno de débito. "Está se legislando por decreto. Essa medida é algo abusivo. É uma espécie de anistia", declara Macanhão. Hinning informa que a Secretaria da Fazenda está fazendo um levantamento para proceder a revisão dos benefícios fiscais.

Episódio Joinville

O mutirão que resultou em R\$ 2 milhões em notificações, podendo, segundo o Sindifisco, chegar a R\$ 20 milhões, e o decreto editado pelo Executivo que determina a orientação para futuras operações de fiscalização, dominou a maior parte do debate. Os deputados Rogério Mendonça (PMDB), Wilson Vieira - Dentinho (PT) e Manoel Mota (PMDB) fizeram críticas à forma de realização da operação em que fiscais de outras regiões do Estado foram deslocados a Joinville para a verificação de 120 empresas. Eles também questionaram por que a operação se deu somente em Joinville, colocando que havia interesses nesse direcionamento.

As críticas foram acompanhadas pelo diretor de administração tributária da Fazenda, Renato Hinning. "Até hoje não se registrou nenhum episódio como em Joinville. Estavam ocorrendo negociações. A questão remuneratória motivou esta ação fiscal exacerbada e intempestiva. Se continuar este tipo de procedimento, vai ocorrer terrorismo fiscal". Hinning reconheceu que, de forma prematura, foi editado o decreto, mas com a intenção de prevenir medidas como esta. "Estamos construindo uma ação planejada de fiscalização com o cruzamento de dados que irá detectar focos de sonegação por setor. Não estamos ferindo a autonomia fiscal, mas temos que observar a questão macro de cada região", explicou Hinning.

Macanhão contestou a afirmação de que o mutirão foi motivado por questões salariais. "A classe fiscal trabalhou pelo estado. Podemos dizer que, se em um único dia rendeu R\$ 2 milhões, podendo chegar a R\$ 20 milhões, tivemos êxito. Na véspera da operação houve um comunicado de que a arrecadação do Estado estava em baixa", explica. Ele acrescentou que Joinville tem o maior potencial de arrecadação entre todos os municípios, o que representaria um rápido aumento no caixa estadual. E que operações semelhantes já foram realizadas em outras regiões em épocas passadas.

Deputados de oposição criticaram a suposta reação do governador Luiz Henrique da Silveira, que teria declarado, segundo o deputado Vieirão, que os fiscais fizeram "uma palhaçada", resolvendo fiscalizar aquelas pessoas que são suas amigas (governador), dizendo ainda que dessa forma ficava difícil governar. "O governador não tem o direito de excluir os seus amigos das obrigações fiscais", comentou Vieirão. Para o deputado Antônio Ceron (PFL), é necessário despolitizar a ação da fiscalização. "É uma categoria singular. Até porque são 44 secretarias para gastar e apenas a Fazenda para arrecadar. Se houve erro da categoria, este foi corrigido com erro maior", afirmou Ceron.

O deputado Joares Ponticelli (PP) informou que sua bancada e a do PFL entrarão na próxima semana, na Comissão de Constituição e Justiça, com um pedido de sustação do decreto do governador porque houve exacerbção do direito regulamentador. (SD)

Legislação Participativa recebe projetos

A Comissão de Legislação Participativa realizou segunda-feira (14) sua primeira audiência pública. Representantes de várias entidades, federações e sindicatos encaminharam algumas propostas de ações e projetos para discussão. A Facisc (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina), que tem representantes em 150 municípios, entregou ao deputado Dionei Walter da Silva (PT), presidente da Comissão, duas propostas de projetos de lei. A primeira prevê a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, incumbido de fomentar políticas públicas de desenvolvimento para a manutenção e geração de novos empregos e, em consequência, estimular a inclusão social através da renda.

Outra proposta trata da aprovação da Lei do Empreendedor ou Lei do Emprego, pretendendo a aplicação de até 20% do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) em ações de incentivo ao empreendedorismo. Esses recursos seriam destinados a entidades sem fins lucrativos devidamente credenciadas pela Secretaria da Fazenda, mediante um projeto estruturado e organizado. (SD)

Democracia

A Comissão de Legislação Participativa foi instituída em março deste ano após alteração do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. A iniciativa foi do deputado Dionei Walter da Silva (PT), que justifica a ação em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal, que em seu artigo primeiro afirma que todo o poder emana do povo. "Queremos aproximar a sociedade do Poder Legislativo. A Comissão de Legislação Participativa vai tornar mais fácil a participação popular."

Antes, para que uma iniciativa popular tramitasse na Assembleia em forma de projeto de lei, era necessário que fosse subscrita por 1% dos eleitores catarinenses distribuídos em no mínimo 20 municípios. Se-

gundo o parlamentar, a exigência agora é de que a proposta seja prerrogativa da Assembleia Legislativa e não invada a competência dos demais poderes. Também é necessário que nos conselhos haja composição paritária ou de maioria dos membros representando a sociedade civil. Porém, ele destaca que a Comissão não vai substituir trabalho de nenhum órgão, entidade ou conselho, mas será uma força complementar ao trabalho realizado.

Gardênia Aguiar, representante da Câmara Federal, explicou que no âmbito federal a Comissão de Legislação Participativa foi criada em maio de 2001 e instalada em agosto do mesmo ano, a exemplo dos modelos já existentes em Portugal, Estados Unidos, França, Itália e Suíça. Neste período de funcionamento foram apresentadas 152 propostas de iniciativa popular, das quais 64 foram aprovadas.

A reposição do FGTS aos idosos, referente às perdas dos planos Verão e Collor, foi uma das iniciativas nascidas pelo trabalho da Comissão de Legislação Participativa. "O processo democrático é lento, não há muito acesso à informação e existe a necessidade de uma maior politização para que se avance nas propostas resultantes de participação popular. Hoje, a Comissão de Legislação Participativa é a forma mais fácil", defendeu Gardênia. (SD)

(foto: Albino Neves)



Grupo afro fez apresentação durante audiência pública

Milton: um homem com o coração à flor da pele

Carlos Agne

Com uma voz que eclode em nossos ouvidos, vinda de uma misteriosa caixa acústica que parece se esconder muito mais para dentro de seu peito, Milton Nascimento é um cantor e compositor excepcional – um figura mágica da MPB que transmite sentimentos de liberdade, religiosidade e de força da terra. Sua música está profundamente ligada à sua terra – principalmente Minas Gerais –, à sua negritude e ao seu cristianismo.

Ícone de todos os movimentos de nossa MPB a partir dos anos 70, Milton Nascimento esteve em Laguna no dia 11 de junho, apresentando-se em um show que marcou as comemorações dos 510 anos do Tratado de Tordesilhas, parte do I Circuito de Manifestações Culturais da América Meridional.

O show “Pietà”, realizado nas Docas do Mercado Municipal, aberto ao público, mesmo com o mau tempo reuniu centenas de pessoas. Milton estreou “Pietà” em maio de 2003, que foi apresentado em todo o Brasil, América Latina, México, Japão, Estados Unidos e África. Depois de Laguna, o mineiro, natural de Três Pontas (MG), descansou por alguns dias em sua terra natal e seguiu para uma turnê pela Europa. “Pietà”, para Milton, é sua mãe adotiva, Lilia, que cuidou dele por toda a vida, junto com seu pai, Josino.

AL Notícias – Consagrado, você já passou por diversos movimentos da Música Popular Brasileira. Você se enquadraria, hoje, em qual deles?

Milton Nascimento – Num clube da esquina mundial. Isso porque, convivendo com o pessoal do mundo inteiro, ecossistemas, índios, Amazônia e outras florestas por aí, vimos que a luta não acabou quando acabou a ditadura. Não é assim. Tem muitas coisas no mundo e com a música a gente consegue se comunicar e atingir vários caminhos. Como foi quando fiz o disco Txai. Eu viajei o mundo inteiro com um índio e um seringueiro, fomos recebidos em todos os lugares, inclusive na ONU, o que nos proporcionou a possibilidade de haver no Brasil o encontro de todo o mundo. E eu continuo nessa...

AL Notícias – Você tem passado por momentos delicados no que diz respeito a sua saúde. Passou há pouco tempo por uma cirurgia. Como está a sua recuperação?

Milton Nascimento – O meu problema mesmo é a diabetes. Está controlada, tudo direitinho, mas toda hora, quando necessário, se faz um check-up. Aí fomos ver a vesícula e tinha umas pedrinhas por

lá e a doutora falou que não tinha urgência para tirar. Como vou viajar para a Europa e vou ficar muito tempo por lá, longe de meus médicos, e tudo por lá é difícil, resolvi aproveitar e tirar. Está tudo certo, a recuperação foi mais rápida do que todo mundo pensava.

AL Notícias – Você já pensou em reunir seus maiores sucessos num álbum duplo ou triplo, uma coletânea?

Milton Nascimento – Pegando essas músicas que eu já gravei e outras que tenho em mente, acho que daria para fazer uns três álbuns duplos. Mas a gente vai com calma e fazendo tudo direitinho. Estou mais ligado agora é na questão de ter o meu próprio selo e as gravadoras estão pirando. Pela primeira vez eu fiz uma coisa

que adoro, que é fazer trilha para cinema, teatro e balé, em forma de disco. Eu fiz um balé para um grupo em Nova York e me perguntaram como iam fazer, pois a trilha estava pronta, eles dançavam e não havia CD para o pessoal comprar. E eu não podia fazer nada porque não interessava para a gravadora. Então, lancei o meu selo e eu mesmo estou lançando o disco. Tenho mais uns quatro ou cinco trabalhos do gênero e depois vou ver se com esse selo faço a produção do disco do Bebeto Castilho, baixista, saxofonista, flautista e cantor, e da Marina Machado, a cantora que está comigo desde que gravei “Pietà”. Ela já está vendo o que ela quer. Além disso, quero produzir pro meu povo lá de Três Pontas, pois, de repente, apareceu uma porção de gente lá, o que me deixou feliz.

AL Notícias – A respeito da MPB atual, como você avalia essa nova safra de nomes? É satisfatória? Já foi melhor?

Milton Nascimento – Se você olhar para o lado da mídia, acho que nem existe mais a MPB. Mas, geralmente eu trabalho diretamente com as pessoas e aproveitando que passo esse tempo todo viajando, peço pra eles mandarem material para mim. A gente tem um acervo de coisas brasileiras que, quando começarem a sair, Nossa Senhora! Vão deixar muita gente de boca aberta.



(foto Carlos Killian)

AL Notícias – Você tem outros shows marcados para o sul do País. Depois pretende lançar novo disco?

Milton Nascimento – Por enquanto, a gente ainda está fazendo a turnê “Pietà” e lá pelo segundo semestre vamos fazer a turnê dos balés. Aí, depois, vou só produzir os discos.

AL Notícias – No seu show “Tambores de Minas”, os figurinos eram maravilhosos e também todo o material que você utiliza em composição gráfica e catálogos são magníficos. Existe preocupação de colocar em um museu para que não se perca no tempo?

Milton Nascimento – Aquele show “Tambores de Minas” foi uma espécie de redenção. Quem tem meu disco ou DVD sabe das coisas que falo no começo, como da imprensa que queria me ver a sete palmos do chão. Eu estava magro por causa do diabetes e eles diziam que diabetes não emagrece, e entravam os médicos

que nada tinham a ver com isso e falavam com a imprensa... foi uma loucura... parece que eu tinha todas as doenças, mas sobrevivi a todas elas. O figurino foi bolado pelo Vilela e pela Teka, de Curitiba. A gente fez as coisas baseado no Aleijadinho, mas as roupas tinham coisas que a gente comprou até em Londres. Tinha roupa de samurai, tinha uma porção de coisas misturadas e por isso deu aquele impacto.

AL Notícias – E como você está se sentindo participando desse 1º Circuito de Manifestações Culturais da América Meridional?

Milton Nascimento – O Brasil tem coisas maravilhosas para todo mundo conhecer. Artistas fantásticos, compositores, cantores e músicos e isso que está acontecendo aqui em Laguna, para mim, é sempre um prazer.

AL Notícias – De todos os seus discos, qual tocou mais fundo?

Milton Nascimento – Essa é uma pergunta difícil de responder. Cada época você está com um sentimento. Cada coisa acontece num momento e aquilo te leva a compor ou a ouvir uma música que você já gravou. Cada época é uma coisa e eu faço essa distinção. Quero ouvir tudo na hora certa.

AL Notícias – Como você vê esses movimentos negros que buscam melhores oportunidades? Alguns avaliam que essa reserva de cotas para os negros, em universidades, não passa de privilégios, e outros arriscam a chamar de falsa mordomia.

Milton Nascimento – Acho que quanto mais as portas se abrirem para qualquer raça, qualquer sexo, sem distinção, é bom. Acho essa questão de cotas muito legal. Quando eu montei Missa dos Quilombos, teve até um pessoal que não queria aceitar a produção, por eu ter colocado dois negros. Não consigo entender isso. Fui adotado por uma família de brancos. Meus irmãos e meus sobrinhos têm até olhos verdes e digo que são sangue do meu sangue. Nunca houve problema nenhum na minha casa. Sempre fomos tratados iguais e eu ouso dizer que tive um pouco mais de carinho. Acho que temos de abrir as portas e dar força para essas pessoas que estão fazendo esse trabalho.

AL Notícias – Você sempre foi amigo de Gilberto Gil. Essa investida dele na política, sendo ministro do atual governo, mudou alguma coisa no relacionamento de ambos?

Milton Nascimento – Sempre fui amigo dele e passamos dois anos viajando por todos os lados. Depois gravamos juntos. E essa foi uma época que a gente conversava muito e o papo do Gil sempre foi política. Ele é político e não adianta. Pode ser músico, pode ser tudo, mas é político. Eu gostei muito dele ter sido escolhido ministro da Cultura, pois é uma pessoa que a gente conhece e confia. Às vezes, a gente vota numa pessoa e espera que ela rapidamente faça alguma coisa. Pôxa! O Brasil foi descoberto faz mais de 500 anos, quando trouxeram a maior ralé para cá. Não vai ser em quatro anos que o governo vai consertar com esse negócio aqui.

Vivo num movimento de música que é um clube da esquina mundial. Isso porque, convivendo com o pessoal do mundo inteiro, ecossistemas, índios, Amazônia e outras florestas por aí, vemos que a luta não acaba quando acaba a ditadura. Não é assim. Tem muitas coisas no mundo e com a música a gente consegue se comunicar e atingir vários caminhos.

Seguro agrícola é prioridade

A exemplo de outras localidades que sediaram o Seminário sobre Políticas de Crédito Rural, a região de Criciúma também elegeu como grande prioridade a criação de um seguro específico para a agricultura. O encontro integra o ciclo de debates regionais promovido pela Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), atendendo proposta do deputado Diónei Walter da Silva (PT) e promovida pela Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB). O evento, no sul do Estado, aconteceu na sexta-feira (11) e foi coordenado pelo vice-presidente da Comissão, deputado Valmir Comin (PP), com a pre-

sença de representantes da Epagri, secretarias de Desenvolvimento Regional e instituições financeiras.

As reivindicações serão levadas a Brasília, num documento único que indica as necessidades dos produtores rurais catarinenses, para inclusão no Plano Safra 2004/2005, do governo federal. "Esse seminário é uma maneira de desburocratizar a via de acesso do nosso agricultor para uma política de crédito rural", observou Comin.

Norisvaldo Felisbino, representante do sistema Cresol (Cooperativa de Crédito que atende a agricultura familiar nos três estados do Sul), fez uma explanação da atuação desta instituição, citando o Banco do Brasil como um

grande parceiro de operações. O superintendente regional do Banco do Brasil, Rubens Hansen, lembrou aos presentes que a instituição exerce um papel de distribuidor de crédito agrícola e muitas vezes é questionada quanto à falta de recursos, críticas que se acentuam conforme a região. "O banco é apenas um cumpridor de ordens. Os recursos vêm do governo federal", salientou Hansen. Luiz Marcos Bora, da Regional da Epagri, criticou a falta de um seguro agrícola que defenda, pelo menos, a manutenção da família. "Antes havia o Proagro, mas este se tornou muito caro e nem atendia as necessidades do produtor. É necessário um seguro com baixo custo e que cubra o prejuízo, quando houver", sugeriu. (CA)

Telefonia

Foi aprovado o Projeto de Lei nº 465/03, do deputado Afrânio Boppré (PT), que assegura o direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no Estado no que tange ao recebimento de ofertas de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica. A matéria determina que as empresas prestadoras do serviço telefônico fixo ou de telefonia móvel ficam obri-

gadas a constituir e manter cadastro especial de assinantes que manifestem oposição ao recebimento, por telefone, de ofertas de comercialização de produtos ou serviços. O descumprimento implicará em multa de R\$ 500 reajustada anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e, no caso de reincidência, multa de R\$ 1 mil, reajustada da mesma forma. (RV)

Meia entrada

O Projeto de Lei 116/04, do deputado Sérgio Godinho (PTB), que atualmente ocupa a pasta do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano no governo estadual, também foi aprovado na tarde de quarta-feira (16). Este projeto visa à ampliação da Lei Estadual 12.570/03, que dispõe sobre os benefícios aos estudantes e menores de 18 anos, de acesso a eventos culturais e desportivos. Após a mudan-

ça na lei, todos os jovens com idade máxima de 18 anos, ou estudantes, independente da idade, regularmente matriculados em estabelecimentos públicos ou particulares, terão desconto de 50% nos ingressos em cinemas, teatros, espetáculos musicais e circenses, festivais e shows musicais, festas regionais e estaduais, eventos esportivos e demais atividades culturais e artísticas, em todo o Estado. (TK)

Ciência e tecnologia

Os parlamentares aprovaram na sessão de terça-feira (15) o Projeto de Lei nº 446/03, de autoria do deputado João Paulo Kleinübing (PFL), que modifica o Prêmio do Mérito Universitário Catarinense, instituído pela Lei nº 9.480, de 1994. Com a nova proposta, ao invés de premiar anualmente os es-

tudantes vencedores com uma viagem, o valor dos prêmios será convertido em bolsas de pesquisa. "Esta alteração vai permitir que Santa Catarina ganhe um novo instrumento de incentivo à pesquisa em ciência e tecnologia. A medida visa a proporcionar formas de financiamento à pesquisa", afirmou Kleinübing. (RV)

Benefício a deficientes

De autoria do deputado Francisco de Assis (PT), os parlamentares aprovaram, na sessão de quarta-feira (16), proposição que dispõe sobre a obrigatoriedade de criar, nas instituições bancárias, caixas eletrônicos, portas especiais e

rampas de acesso apropriados ao uso de pessoas portadoras de deficiência física e visual, no Estado de Santa Catarina. A finalidade é proporcionar a atendimento efetivamente digno aos portadores de deficiência especial. (CA)

Aprovados

Turismo

Destino preferido de turistas dos países do Mercosul e de diversos estados brasileiros, Balneário Camboriú, com a aprovação do Projeto de Lei nº 497/03, de autoria do deputado Dado Cherem (PSDB), foi reconhecido como a Capital Catarinense do Turismo. Segundo o parlamentar, que atualmente é o titular da Secretaria Estadual da Saúde, além de possuir uma vocação natural para o setor, a cidade, ao longo do tempo, vem investindo na qualificação desta atividade econômica e recebe, anualmente, 1,5 milhão de turistas, tendo uma população em torno de 75 mil habitantes.

Águas termais

O Projeto de Lei nº 13/04, de autoria do deputado Djalma Berger (PSDB) recebeu o referendo do Plenário na tarde de terça-feira (15), reconhecendo o município de Santo Amaro da Imperatriz como *Capital Catarinense das Águas Termais*. De acordo com Berger, data de 1809 o primeiro registro de águas termais nas margens do rio Cubatão, mas somente em 18 de março de 1818 foi decretada a construção de um hospital na região, devido aos benefícios das águas. Tal decreto de Dom João VI é considerado a primeira lei de uma estância termal em Santa Catarina e no Brasil.

Alho

A proposta de denominar Curitiba como a Capital Catarinense do Alho, do deputado Onofre Agostini (PFL), autor do Projeto de Lei nº 93/04, foi aprovada na tarde de terça-feira (15). Ex-prefeito da cidade, Onofre informa que o desenvolvimento de sua terra deve-se à elevada produção do cultivar, a maior do Brasil, responsável pela geração de emprego e renda para os seus habitantes.

Queijo

Localizada no Alto Vale do Itajaí, Laurentino, através do Projeto de Lei nº 439/03, do deputado Cesar Souza (PFL), foi reconhecida como a Capital Catarinense do Queijo. A proposta estabelece que compete à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, por meio da Santur, implementar a inclusão no calendário do Estado da Festa do Queijo, realizada anualmente no município.

Arroz

Projeto de Lei nº 362/03, de autoria do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), reconhece o município de Turvo como Capital Catarinense da Mecanização Agrícola e do Arroz. O alto índice tecnológico aplicado no plantio de arroz, que impulsiona a economia e o desenvolvimento local, foi o motivo da proposição do parlamentar peemedebista, que solicita atenção especial do poder público para incentivar e apoiar a produção local. (RV)

Borboletas

A iniciativa do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), através do Projeto de Lei nº 33/04, reconhece Seara como Capital Catarinense da Borboleta, por ser o berço do entomólogo Fritz Plaumann, notório pesquisador de respaldo internacional por seu trabalho científico e cultural com insetos. No decorrer de 70 anos, ele formou uma coleção de mais de 80 mil exemplares de aproximadamente 17 mil espécies. Nesta cidade, foi construído um museu para expor a sua obra, de grande beleza e orgulho para o seu povo.

Agenda

Dia 21, 9h - Seminário sobre Reformas Sindical e Trabalhista

Local: Plenário

Dia 21, 15h - CPI da Casan

Local: Sala das Comissões

Dia 21, 20h - Homenagem a Carl Hoepcke - 160 anos

Local: Plenário e Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 22, 9h - Comissão de Justiça - Audiência pública sobre PEC alterando lei da lista tríplice do Ministério Público

Local: Sala das Comissões

Dia 22, 9h - Comissão de Educação - Audiência pública para discutir a Reforma Universitária

Local: Plenarinho

Dia 22, 19h - Homenagem ao jornal *O Município*, de Brusque - 50 anos

Local: Plenário

Dia 23, 9h - Comissão de Educação - Audiência pública para discutir a qualidade do ensino nas faculdades de Direito em SC

Local: Sala das Comissões

Dia 23, 19h - Sessão solene em homenagem à Fundação Pró-rim/SC

Local: Plenário

Dia 24, 14h - Comissão de Agricultura - Seminário de Política de Crédito Rural

Local: Câmara de Vereadores - Canoinhas

Dia 25, 8h - Comissão de Agricultura - Seminário de Política de Crédito Rural

Local: Câmara de Vereadores - Jaraguá do Sul

“Parceria Comunitária”

Plenário lotado de autoridades, convidados especiais e homenageados de todas as regiões de Santa Catarina. Assim foi a noite de quarta-feira (16), na Assembléia Legislativa, durante sessão solene convocada pela Mesa, para a entrega da medalha “Parceria Comunitária”- Assembléia Legislativa e Lions Clube Catarinense. O deputado Volnei Morastoni (PT), presidente da Assembléia, que também é integrante do Lions e foi um dos autores da proposição, disse que a comenda é uma honraria a personalidades, empresas e instituições que prestam serviços comunitários a Santa Catarina, em especial aos mais carentes.

Morastoni lembrou que a Lei nº 12.691/03 instituiu o dia 15 de maio como o “Dia do Leonismo Catarinense” e que neste ano a data foi comemorada com atraso por motivos involuntários. “A data foi escolhida em lembrança à fundação do pri-

meiro clube de Lions de Santa Catarina, o Lions Clube de Itajaí, em 1953, que já completou 50 anos de existência”.

Como representante das bancadas falou outro integrante do Lions - Região Sul - o deputado Genésio Goulart (PMDB), também autor do Projeto de Resolução nº 4/04, que instituiu a medalha. “Sabemos da importância do Lions para Santa Catarina e para o mundo, pois está presente em 193 países. Entre as ações comunitárias desenvolvidas estão o combate à cegueira, ao uso de drogas e a conscientização e prevenção do diabetes”, lembrou.

O governador do Distrito LD 9, Antônio Roberto Mateus, disse que jamais algum segmento prestigiou tanto o Lions como a Assembléia Legislativa e agradeceu o empenho do presidente Morastoni em promover a homenagem. No total, foram entregues 38 medalhas aos integrantes do Lions dos Distritos LD 5, LD 8 e LD 9, que compreendem todas as regiões do Estado. (RMPP)



(foto Jonas Lemos Campos)

Os deputados Morastoni e Genésio receberam homenagem especial do Lions

Fraiburgo lança 1ª Festa Brasileira da Maçã

O município de Fraiburgo, maior produtor e exportador de maçãs do Brasil, lançou na noite de terça-feira (15), no hal da Alesc, a 1ª Festa Brasileira da Maçã. Participaram o vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Onofre Santo Agostini (PFL), o prefeito de Fraiburgo, Edi Luiz de Lemos, o presidente da comissão organizadora da festa, Jorge Luiz Moreira, a diretora de Cultura do município de Fraiburgo, Nádia Franz, e os deputados Reno Caramori (PP) e Francisco Küster (PSDB).

O prefeito de Fraiburgo enalteceu o município, que hoje é o maior produtor de maçãs do Brasil, produzindo cerca de 300 toneladas da fruta. “Nossa cidade está hoje entre as 20 melhores economias do Estado e temos orgulho de ser considerados um povo formiga, que trabalha muito, mas também colhe bons frutos”, avaliou. Onofre Agostini elogiou Fraiburgo, não só pelo trabalho que eleva sua economia,

como também por ter um dos melhores grupos de dança de Santa Catarina, o Dança Alfa 1. “Fraiburgo é um município que orgulha a todos os catarinenses e precisamos prestigiar cada vez mais o que nosso Estado produz, tanto financeiramente quanto culturalmente”, afirmou.

Integrantes do Grupo de Dança Alfa 1, do Departamento Municipal de Cultura, retrataram a Guerra do Contestado com as danças “Contestado em Vida” e “O Ervateiro”, emocionando a platéia. Durante o lançamento, também foram apresentadas variedades da maçã produzida na cidade, como a Fugi e a Gala.

A Festa Brasileira da Maçã acontece de 11 a 15 de agosto, no Parque da Maçã, em Fraiburgo. Além da exposição da fruta, haverá uma exposição agroindustrial e shows, com destaque para Bruno e Marrone e Felipe Dylon. A expectativa da comissão organizadora é de atrair um público de mais de 40 mil pessoas. (TK)

(foto Giancarlo Bortoluzzi)



Guerra do Contestado foi encenada pelo grupo de dança Alfa 1

Brasil Imaginário

Com o apoio da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), foi realizado terça-feira (15) o lançamento da série *Brasil Imaginário*. A série, que é produto da TV Cultura e da Associação Brasileira dos Documentaristas, seção Santa Catarina, é o resultado do 1º DOCTV - Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro, que reúne 26 trabalhos selecionados e produzidos ao longo de um ano, em 20 estados brasileiros.

Os programas serão exibidos de 26 de junho a 18 de dezembro, pela Rede Pública de Televisão (RPTV), aos sábados, às 21 horas. A cada semana haverá uma estréia de documentário novo que expressa a multiplicidade de expressões da cultura regional brasileira. O Estado de Santa Catarina será representado com um filme que tem como nome “*Mbyé Guarani: Guerreiros da Liberdade*” e será transmitido no dia 9 de outubro.

Estavam presentes à reunião o deputado Paulo Eccel (PT); a professora e superintendente da TV Cultura/SC, Sidneya Gaspar de Oliveira; o diretor do filme, Charles Cesconetto; a presidente da ABD (Associação Brasileira de Documentaristas), Ariadne Catanzaro, e o presidente executivo da TVI, Carlos Wagner Labella.

A reunião teve início com a apresentação e agradecimentos da professora Sidneya, que afirmou que o DOCTV incentiva a parceria de produção independente, rica em diversidade e com grande potencial. “Os documentários são todos de cunho regional e estou muito feliz por isso. Gostaria de aproveitar para pedir mais empenho dos empresários brasileiros e também dos políticos para que mais documentários sejam contemplados”, disse a professora. No próximo DOCTV, serão apresentados 33 documentários. Após sua explanação, um vídeo apresentou o projeto DOCTV que mostra a diversidade, o multiculturalismo e personagens através dos olhos dos jovens realizadores.

O diretor do filme catarinense, Charles Cesconetto, também falou sobre a importância da série, por ser um projeto sério e de importância nacional. “Este projeto permite que a gente transcenda a realidade atual. Gostaria que todos os meus colegas de trabalho tivessem seus projetos na televisão”, concluiu. Eccel finalizou os discursos agradecendo a iniciativa. “Não quero parabenizar esta iniciativa, e sim agradecer. Este tipo de trabalho ajuda a melhorar a cultura do povo brasileiro. Espero que o projeto continue e tenha vida longa”, finalizou. Após os discursos, foi apresentado o filme “*Mbyé Guarani*”. (GMP)